



Tommaso Sorgi *

A política como fraternidade

HUMANISMO Em março deste ano, a Faculdade Asces, em parceria com a Universidade Católica de Pernambuco, inaugurou a Cátedra Chiara Lubich de Humanismo e Fraternidade. No artigo abaixo, apresentamos as principais linhas do pensamento político da Fundadora do Movimento dos Focolares

Para entender o alcance da proposta da Fraternidade Universal como Categoria Política de Chiara Lubich, é preciso retomar o conceito de política. Geralmente entendida como a “arte de governar a coisa pública”, essa definição tem dois pontos falhos: considera somente os gestores do poder, deixando de lado os cidadãos; e não esclarece a finalidade do ato de governar que se transforma, por vezes, em fim a si mesmo.

Para Chiara, pelo contrário, a política é a “arte de viver a coisa pública”, uma arte que envolve toda a sociedade e tem por objetivo último o bem comum. Para ela, política é “a arte do bem comum” e seu exercício comporta a distribuição de funções: a de governo e a de cidadão, ambas igualmente essenciais. Chiara dizia: “Não se pode ter um bom governo se não se tem uma boa sociedade, um bom povo”.

O sentido de política é dado pela concepção do homem antes de qualquer diversidade étnica, religiosa ou política, pois a sociedade é fundada por homens livres, capazes de estabelecer um contrato mútuo, com um vínculo de reciprocidade. Para isso, é preciso a coragem da liberdade, aceitando o risco que inclui. Igino Giordani, deputado italiano e primeiro político a aderir à espiritualidade de Chiara Lubich, tornando-se seu direto colaborador, dizia: “Nem a democracia resolve se for somente técnica e método, pois existe a necessidade de uma alma para alcançar valores superiores, no interesse do homem”.

Outro ponto a ser considerado é a “erupção do social” no “político” com as novas formas de associação focan-

do problemas locais ou de maior alcance, como a paz, os direitos humanos. Estas formas associativas, coordenadas em rede e com grande participação ativa são um fenômeno muito difundido que, a partir da iniciativa pessoal, comunitária ou solidária tem demonstrado grande eficácia.

O amor político

Em nossa sociedade cada vez mais complexa, plural e multiétnica, marcada por acelerados fenômenos de mobilidade de povos e de transformações sociais, devemos repensar a política para poder, realmente, “humanizá-la”. Falar de política como serviço não tem sentido a não ser a partir da atitude interior de aceitação recíproca entre os dirigentes, e entre estes e os cidadãos, considerando as diversidades e as exigências uns dos outros, pois a política deve ser amor social: “Esta é a sua dignidade: ser serviço social, caridade em ato”, dizia Giordani.

Falando ao grupo de políticos espanhóis, Lubich especificou: “A missão do amor político é criar e resguardar as condições que possibilitam todos os outros amores florescerem: o amor dos jovens que querem se casar e precisam de uma casa e de um emprego, o amor de quem quer estudar e precisa de escolas e livros, o amor de quem se dedica à própria empresa e precisa de estradas e meios de transporte, de normas precisas... Portanto, a política é o amor dos amores, que faz com que as pessoas colaborem entre si, promovendo o encontro das necessidades com os recursos, infundindo em todos a confiança de uns nos outros”.

Chiara Lubich, fundadora do Movimento Político pela Unidade (MPPU)



Falar de caridade e de amor em política, fazer a ligação com uma realidade transcendente pode soar estranho para alguns, mas são os autores clássicos de ciência política que usam estes argumentos. Aristóteles, por exemplo, afirma: “O Estado pode ficar em pé somente com a virtude” e ainda: “É a amizade que mantém unidas as cidades”.

Chiara e o humanismo cristão

Jesus rompe uma realidade milenar ao declarar a dualidade das atribuições entre Deus e César: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mt 22, 21; Lc 20, 25) e reconhece na política uma esfera específica de competência; por outro lado, diante de Pilatos, que o interroga, fala do poder “que lhe é dado do alto” (Jo 19, 11). Pedro, diante do Poder que lhe impõe o silêncio, afirma: “É preciso obedecer a Deus, e não aos homens” e inaugura a época da liberdade humana, premissa necessária à liberdade civil.

Mais tarde, o humanismo cristão desenvolve o conceito de soberania popular e prepara o advento da democracia moderna, que com o Iluminismo (independência americana e revolução francesa), produz uma mudança profunda no quadro cultural e no cenário político da sociedade ocidental.

O avançar da revolução industrial com os múltiplos problemas econômicos, sociais e políticos decorrentes estimula o surgimento do liberalismo e do socialismo. Deve-se ressaltar o fato de que estes dois fenômenos socioculturais floresceram e desenvolveram-se numa região

de grande tradição cristã que, com sua típica concepção do homem e da sociedade, a grande produção intelectual e o desenvolvimento econômico provocado por conquistas científicas e tecnológicas, tornou-se o propício terreno histórico onde puderam ser gerados tanto o liberalismo quanto o socialismo. Este parte da experiência evangélica de comunhão dos bens, feita no espírito de fraternidade, transformando-a em coletivismo e trabalhos forçados, com a destruição da pessoa; o outro, o liberalismo, parte do homem e seu valor inalienável, mas nega sua referência a Deus, substituindo o conceito de pessoa pelo conceito de indivíduo, considerando o homem como valor em si mesmo, ignorando a fraternidade.

Depois, o Estado laico, não laicista, com seu humanismo político influencia a transformação dos dois humanismos, o liberal e o socialista, e facilita a aproximação recíproca. Mas, na atuação histórica percebe-se sempre mais a inadequação e o caráter provisório de algumas soluções concretas tentadas pelos vários liberalismos e socialismos.

Então, deve-se concluir que, para encontrar respostas eficazes, não basta uma proposta unilateral, mas é necessário o diálogo. Abrir-se ao diálogo supõe uma nova concepção política, ou seja, aceitar a presença fundamental da dimensão espiritual do ser humano, pois somente com esta pode realizar-se um “humanismo integral” e edifica a polis como verdadeira “cidade do homem”.

É um caminho desafiador. Nesse contexto desenvolve-se a experiência do Movimento dos Focolares há mais de 70 anos, com sua proposta espiritual típica, voltada para





as urgências sociais e a específica atenção à dimensão antropológica e política do ser humano.

Chiara Lubich, nascida numa família com grande sensibilidade social – pai operário e socialista, irmão “partigiano” -, aos 23 anos, em dezembro de 1943, fez a opção de consagrar-se a Deus, mas permaneceu na sua cidade bombardeada, enquanto seus familiares refugiaram-se nas montanhas.

Nessas circunstâncias, com algumas amigas, promoveu iniciativas de socorro imediato aos necessitados, doentes e feridos, e não pararam após o cessar fogo, pois “desejavam resolver o problema social” da cidade de Trento, conta Chiara. Em 1948, encontrou Igino Giordani, escritor, político, deputado constitucionalista. Foi um encontro determinante para ela e para o Movimento nascente, que fez explodir a dimensão de compromisso com a “justiça social” já presente em sua vocação.

Giordani representou para Chiara a urgência da problemática política e colocou outros deputados e o próprio chefe de governo italiano na época, De Gasperi, em contato com ela. Por outro lado, em contato com a espiritualidade de Chiara, Giordani aprofundou sua motivação cristã para o social e transformou seu modo polêmico de falar e de escrever: aderiu ao diálogo. Envolveu outros deputados de outros partidos e, com eles, formulou um “acordo interparlamentar pela paz”; apresentou, em parceria com um deputado socialista, a primeira proposta de lei em favor da objeção de consciência e defendeu publicamente o dever dos cristãos de amar os comunistas.

O Movimento Político pela Unidade

Em 1996, para responder a vários membros do Movimento engajados na vida política, mas em partidos diferentes, Chiara fundou o “Movimento Político pela Unidade”. Disse: “O Movimento da Unidade é portador de uma nova cultura política. Porém, da sua concepção de política não nasce um novo partido. É o método da política que é transformado: mesmo permanecendo fiel às próprias aspirações autênticas, o político da unidade ama a todos, por isso em qualquer circunstância, procura o que une”. Foi o ponto de partida de uma proposta que logo se estendeu a muitos, independente de credo religioso ou opção política, proposta essa que tem por base o compromisso comum com os valores profundos do homem e o conceito estrutural de um novo tipo de política.

Nos anos seguintes, Chiara Lubich alcançou grande projeção no cenário cultural e político, sendo agraciada

com vários prêmios, como: o Prêmio Defensor da Paz (UNESCO, 1996), dos Direitos Humanos (Conselho Europeu, 1998) e vários doutorados h.c. outorgados por universidades de todos os continentes, em variadas disciplinas: teologia, diálogo inter-religioso, ciências sociais, filosofia, ciências da comunicação, humanidades e ciências da religião, ciências econômicas, psicologia, pedagogia. Discursou no simpósio da Conferência Mundial de Religiões pela Paz, na sede da ONU, Nova York (1997); num encontro do Parlamento Federal Suíço, Berna (1998); aos deputados do Parlamento Europeu, Estrasburgo (1998); aos deputados da base governamental e da oposição, Eslovênia (1998); aos políticos e administradores públicos de Fontem, Rep. dos Camarões (2000).

Recebeu vários títulos de cidadã honorária, em muitas cidades europeias e de outros continentes. No Brasil, recebeu a mais alta honraria do Governo Federal, a Medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul (1998) pelo seu trabalho concreto em favor do povo brasileiro, através da ação do Movimento dos Focolares entre populações carentes.

“As fortes contradições que marcam a nossa época exigem (...) uma idéia universal, uma experiência já em ação que está revelando-se capaz de sustentar o peso do desafio dessa época: a fraternidade universal”

Chiara Lubich

A grande riqueza de conteúdos antropológicos e sociais da espiritualidade da unidade, aplicada às situações civis locais, nacionais e mundiais dão vida nova à “cidade do homem”, não por enunciar princípios especificamente políticos, mas por indicar métodos de atuação e motivar à ação concreta.

O homem, para Chiara Lubich, é homem de comunhão, “homem-mundo”, aberto a toda a humanidade, capaz de respeitar e apreciar a cultura dos outros. O “agir político” desse homem baseia-se no amor social, na solidariedade e reciprocidade entre os cidadãos. É fundamental “amar a

pátria do outro como a própria”, chegar ao diálogo de culturas, à “comunhão mundial” de povos. A família é o sujeito social primário, modelo, estímulo e preparação para os aspectos individuais e sociais da comunidade política.

O cidadão, consciente de ser protagonista na comunidade política, assume atitudes ativas, racionais e responsáveis, busca aprimorar a própria formação cidadã, age em fraternidade com todos e encontra novas formas de participação; não possui inimigos políticos e reconhece que existem apenas pessoas com opções diferentes, estas também “candidatas” ao diálogo construtivo.

O conceito de Chiara Lubich sobre a política como relacionamento de reciprocidade entre os cidadãos, entre estes e os responsáveis públicos e entre os povos diz: “Do tríplice ideal proclamado pela Revolução francesa – liberdade, igualdade, fraternidade – é o terceiro que deve, atualmente, passar para o primeiro plano, para dar novamente um sentido mais real aos outros dois”. Traduzindo fraternidade como “diálogo”, esclarece: “O ideal da fraternidade é a força que pode favorecer o diálogo não somente entre os partidos e os povos, mas também entre as grandes correntes de pensamento político-social”. “A fraternidade” – continua Chiara – “cria um novo estilo de vida, une a comunidade, mas ao mesmo tempo distingue os papéis e as funções. Assim sendo, as pessoas, as famílias, as pequenas empresas, as instituições tradicionais e públicas, por meio da fraternidade, atingem o próprio objetivo, respeitando cada grupo e colaborando com eles. Por isso permitem que a sociedade, em seu conjunto, realize o próprio objetivo político: o bem comum”.

Em 1999, na cidade de Amman (Jordânia), Chiara revelou “um sonho” pessoal: que a fraternidade vivida hoje na terra “torne-se... uma realidade universal”; sonha com a formação de uma “cultura mundial” na qual “os valores de cada povo sejam oferecidos como sabedoria global”; sonha com um “mundo unido na diversidade de pessoas que se reconhecem na alternância de uma única autoridade”.

Aos políticos brasileiros, reunidos no Congresso Nacional em novembro de 2003, disse em mensagem gravada em vídeo: “A fraternidade encontra sua total expressão no amor mútuo, do qual a democracia, se compreendida corretamente, tem extrema necessidade: amor dos políticos entre si, amor entre políticos e cidadãos. O político da unidade não se satisfaz em amar sozinho, mas procura suscitar o amor no outro, aliado ou adversário, pois a política é relação, é projeto comum”. ■

* Sociólogo e ex- deputado italiano, iniciador do Movimento Humanidade Nova e do Movimento Político pela Unidade (MPPU)